

MENEZES, Aluisio Pereira de. “O tempo que passa e a clínica”, em KATZ, Chaim Samuel (org. e autor) *et alii*, *Temporalidade e psicanálise*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

*O tempo que passa e a clínica**

*Aluisio Pereira de Menezes***

“...esse monstro de duas cabeças, danação e salvação - o Tempo.”
Samuel Beckett

Parmênides disse: “Não se pensa o que não é”. Colocados em outro extremo, dizemos: “O que pode ser pensado é certamente fictício”.
Friedrich Nietzsche

“... quase perdemos a fala no país estrangeiro.”
Hölderlin

“Não, não reclamo a liberdade, mas o prumo de uma consciência bem plantada na terra, bem restabelecida em sua própria matéria, e que não acabará mais de socar seu fundo.”
Antonin Artaud

Quero começar a pensar o problema do tempo no processo da cura analítica. Logo, tanto numa dimensão técnica quanto numa perspectiva de tradução teórica dos acontecimentos ali ocorridos.

* MENEZES, Aluisio Pereira de. “O tempo que passa e a clínica”, em KATZ, Chaim Samuel (org. e autor) *et alii*, *Temporalidade e psicanálise*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

** Psicólogo, psicanalista, professor universitário – *FACHA* / RJ. Mestre em Comunicação - *Eco/UFRJ*. Doutor em Letras – *Faculdade de Letras / UFRJ*. Membro da *Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental*. Coordenador Geral da *Formação Freudiana / RJ*. aluisipm@uol.com.br

Psychologist, psychoanalyst, University Professor at – *FACHA* / RIO DE JANEIRO. Master’s Degree in Communication - *Eco/UFRJ*. Doctor’s Degree in Letters - *College of Letters/UFRJ*. Member of the *University Association of Research in Fundamental Psychopathology*. General Coordinator of the *Freudian Formation/RIO DE JANEIRO*. aluisipm@uol.com.br

O título que propus saiu escrito errado. Propus *O Tempo que passa e a clínica*. Já nele encontramos separados dois elementos, o que é designado pela compreensão de o tempo passar aquilo que está em jogo nas operações que visam fazer acontecer uma cura. Poderíamos perguntar de saída:

a) Onde então está a ligação desse tempo com o que é feito como sendo clínico?

b) Em que o tempo que passa teria algo a ver com a clínica analítica? Se sim, então, em quê?

c) Em que plano a psicanálise levaria em consideração o tempo que passa?

Não posso lhes garantir que seja a melhor ou a mais eficaz maneira de abordar o que quero abordar. Ligar a clínica ao tempo sensível corrente foi a primeira articulação que me ocorreu quando fui convidado para estar aqui. Foi preciso definição, dei o título, bem fiz o que é de praxe se fazer. E fiquei com a questão da associação imediata que havia se precipitado. É, portanto, disso que irei falar.

Em que contexto me ocorreu a imediata associação? Naquela altura estava mais uma vez questionando a validade do tempo lógico. Nada ali, de há muito, me satisfazia: teoremas e técnicas. Não existe procedimento puro de escuta. Há possibilidades de analisar e de ser analisado. É só. Nenhum cutelo significativo é capaz, por si só, de fazer nascer o difícil de surgir. A porrada zen, metaforicamente falando, por exemplo, seria um cutelo significativo? Quem assinaria embaixo disso?

Não seria possível pensar uma clínica sem considerar o acaso, a força do acaso na temporalização da cura. O tempo lógico é apenas um mecanismo de hipnose lógica. Para mim isso não bastava como orientação no trabalho clínico. Além disso, a leitura do *Diário Clínico* de Sandor Férenczi me trouxe preciosas provocações. Para alguns, o valor do *Diário* é suspeito. Toparia anular o valor do *Diário Clínico* se considerarmos nulo de valor o póstumo *Projeto de uma psicologia para neurólogos*.

Como então desprezá-lo? – me dizia, – já que existiam colocações no sentido raro de debruçar-se verdadeiramente sobre as dificuldades. A minha decisão, a partir do momento em que consegui dimensioná-lo, foi a de considerar a obra inclusivamente. Ela pertencia ao movimento da experiência e do pensamento de Férenczi. As formulações Férenczi a respeito da duração

necessária de uma sessão e do próprio tratamento se articulavam ambas em função da análise do analista. Fui surpreendido pela razão que havia sido estabelecida entre o tempo da sessão e o do tratamento na estrita dependência da qualidade da análise do analista.

Fui surpreendido pela razão que havia sido estabelecida entre a duração da sessão e a do tratamento na estrita dependência da qualidade da análise do analista. Mais curta a sessão, mais acabada a análise do analista? Mais longas, mais visíveis as dificuldades do analista? Imenso problema e de difícil resolução. O que surpreendeu foi ter podido perguntar se o encurtamento da sessão por Lacan possuiria ou não tal condicionamento. Cruzando as colocações dos comunicados ferenczianos com os equacionamentos pretendidos da teoria do tempo lógico, me vi perguntando: o tempo lógico dependeria, então, no seu exercício, da análise do analista? O encurtamento da sessão (como lógico...) se deveria à qualidade da análise do analista? Todos sabem que isso não é verdadeiro. Muito embora não exista o menor sinal de que a curto e a médio prazo se possa pensar o problema, seja intramuros ou extramuros.

Seja lá como for, com a novidade operacional de Lacan, estamos certamente diante de um achado guiado pela vontade de experimentação clínica. Exatamente igual àquela que fez Férénczi propor a *técnica ativa*, por exemplo. Mas será que se sustenta, além de ser apenas mais um hábito do arsenal dos procedimentos ainda legitimáveis entre grupos de analistas? Quem se debruçar nos caminhos áridos de tal teorização perceberá, talvez, que a coisa faz algum sentido, mas sob a condição de *previamente* acreditar nas explorações topológicas do significante? Do ponto de vista prático, o que acabou existindo e ficando foi o encurtamento da sessão, ou seja, mais um cacoete.

Pois bem. O objetivo aqui não é desenvolver essa direção. Estava somente lembrando em que circunstâncias ocorreu a ligação imediata do *tempo que passa* com o tempo em jogo no exercício da clínica (com todas as suas implicações internas à formação dos seres no mundo, pois que não há como se iludir: a questão é vasta).

Tentarei apresentar algo que sirva de ilustração à tensão de duas manifestações bem diversas. Ou seja, o contraste do tempo em questão na cura analítica com o tempo que, de um modo ou de outro, retardaria ou mesmo

inviabilizaria, quem sabe, o avanço do processo de uma transformação efetiva (a instanciamento do devir).

Não sei, neste momento, aqui, se a colocação desse contraste é de fato necessária. Não sei se é suficiente, ou se será necessário um outro recorte. Estou apresentando, pois, um recorte parcial, portanto criticável. Contudo, é o que tenho. Não sei, neste presente momento, se a colocação do contraste é um recurso de fato. De todo modo, levo-o em consideração e é com ele que venho operando. Finalmente, tomem a indicação fora de qualquer contexto moral. Os tempos que passam não seriam *out*, como os da clínica não seriam *in*. Qualquer tonalidade assim é pura bobagem, os que pensam a respeito sabem disso.

Muitas são as ideias, concepções e teorias a respeito do tempo. Nada mais fácil de perceber. Existem não uma, mas algumas enciclopédias. Nem mesmo nos domínios dos saberes mais específicos e rigorosos há consenso sobre o decisivo da questão em cada área. Nem mesmo um autor mantém estrita coerência ao longo de uma elaboração. Mas há de tudo. Até mesmo o contrário.

São múltiplas as abordagens e isso não começou ontem. A aceleração dos tempos sociais, nos últimos duzentos anos, certamente que contribuiu enormemente para a intensificação de situações cada vez mais instigantes, que acabaram motivando toda uma série de novas abordagens. São muitas as definições e os aspectos. A tal ponto que descobrir *quais aquelas que seriam de fato contemporâneas* é uma tarefa muito árdua. O que chamaríamos de contemporânea numa *ideia de tempo*? E para além do que possa ser contemporâneo, que outras manifestações poderiam estar ocorrendo? Mas, com essa restrição, podemos dizer que uma concepção de tempo seria contemporânea se conseguisse de algum modo interferir, mudando o tempo, isto é, o tempo social. O que comanda “nosso” tempo tal como ele exerce seu comando? Haveria, porventura, outro modo de manifestação sem um grau mínimo de comando? A restrição que fizemos escaparia desse poder? Trata-se da ideia de que o tempo é poder comandar o tempo da máquina da vida. Um tempo poderia existir sem que por sua vez viesse ter comando? Ou será que o que guiará a vida do pensamento e da sociedade será a multiplicidade dos tempos sem possibilidade de outro comando que a força parcial dos múltiplos?

Imaginemos que apareça um conceito de tempo absolutamente inédito no campo da física, por exemplo. Quanto tempo demoraria para que uma concepção como essa saísse do âmbito dos especialistas e viesse, por exemplo, integrar a cultura universitária e espetacular? Haveria alguma relação entre a criação de uma formulação nova e a repercussão transformadora no rumo da nossa sociedade atual? Em 1978, Borges dizia numa belíssima conferência: “Não sei se ao fim de vinte ou trinta séculos de meditação avançamos muito na análise do problema do tempo.” Será outro o panorama hoje? Não creio. O que não impediu que novos elementos tenham surgido nem que novas abordagens tenham vindo à tona. Isto só numa rápida aproximação. Tem o problema das consequências e das avaliações. Mata-se este tempo ou aquele outro. Qual o tempo da vez? O poder mata a bola que ele acha que é a da vez, para o gáudio de sua sôfrega manutenção. Quem sofre acredita nele. É um assujeitado ao tempo do poder. São muitos os problemas que temos pela frente. Como pensar o tempo numa pura especificidade interna ao campo da clínica psicanalítica? Com a aceleração cruzada dos tempos e planos com os quais lidamos diariamente? Ficando em posição idêntica à do pobre coitado do analisando? Não acredito que seja possível. A não ser que os analistas se demitam. O desafio sendo, então, curar uma época. Logo, minha posição leva em conta que não existe clínica pura da psicanálise fora do jogo concreto de dominações temporais nos interesses do capital na sua estilística espetacular. É possível que as indagações sejam muitas e ofereçam um quadro bem complexo, difícil de tratar.

A questão me pegou por aí. É muito difícil tratar disso sem delimitar o raio de ação e sustentar um discurso rigoroso onde se diga o que é a psicanálise que deve ser praticada. Faremos, no entanto, uma redução bem drástica desses questionamentos para apresentar um primeiro recorte e uma primeira contribuição a quem trabalha ou tem de lidar com isso - e por aí, ter serventia ou não para outros interesses menos intrínsecos à urgência da clínica.

Tomemos a ideia de sucessão no sentido mais geral possível. Com um nível de significação que tanto possa estar presente no discurso do ser mais desclassificado socialmente quanto no do mais poderoso, independente e cômico, e mesmo do mais lúcido e potente. E isto independe das fortes determinações provenientes dos sistemas verbais de todas as línguas vivas ou mortas. Em qualquer lugar essa ideia sobrevive, em suma, ou sabe-se lá como falar isso.

Se a língua é um lugar, certas ideias não dependem única e exclusivamente do espaço (a não ser que sinonimizemos língua igual espaço). Assim, essa representação segundo a qual o tempo é percebido ou é entendido através da noção de sucessão é uma ideia generalíssima nas adesões das diversas humanidades.

A imagem do rio que corre ou flui é a tradução mais imediata e forte (pelo menos para quem tenha tido uma experiência com o que fosse um rio). É imagem bem banal e comum. O *tempo que passa* é uma das muitas expressões que designam a ideia de sucessão. Existem outras, que circulam no discurso o tempo todo sem nada dizer além de ser uma baboseira corriqueira, por exemplo: *a velocidade do tempo, não ter tempo, a fatalidade do tempo, as coisas passam* etc. Sim, certamente. Trata-se de uma expressão que tem um curso muito amplo, quase como se fosse um neutrino, atravessando o espaço. O tempo que passa é uma das tantas expressões que podem designar a ideia de sucessão. Abstratamente, um depois de outro, um ponto depois do outro.

Apesar de tudo, precisamos ter claro duas significações bem diversas sobre a representação do tempo expressa na fórmula: *o tempo que passa*. Temos aí um fenômeno homonímico. De um lado, o tempo que passa designa uma ideia de tempo em si. Isto não vale nada. É a besteira da baboseira. Isto não nomeia nada existente e é apenas um nome sem força. De outro, a expressão designa um mal-estar, o reconhecimento de algo que deixou de existir, que se perdeu, o reconhecimento de que tudo vai passando, até o desaparecimento. Chegando ao horror da imortalidade, como Milan Kundera desenhou com precisão. A segunda representação da ideia do tempo como sucessão é muito diferente da crença de um tempo em si. O fato de a segunda representação da ideia de tempo como sucessão ser bem comum não lhe retira o poder de evocar o processo real que ela está designando. O que faz com que ela designe algo que pulsa. Rosa diz isso poeticamente: *Ah, meu amigo, a espécie humana peleja para impor ao latejante mundo um pouco de rotina e lógica, mas algo ou alguém de tudo faz frincha para rir-se da gente...*

A ideia de sucessão tem aí um alcance inteiramente outro: não se trata de reduzir a sucessão a uma entidade em si, fora de tudo, onde a sensação pareceria evocar um ser em si mesmo e absoluto, recortando tudo de um extremo a outro. Vejam como a coisa é ambígua. Mas como essa significação não tem poder sobre a expressão corriqueira, o tempo que passa da primeira representação é apenas um

fóssil bem gasto. Como se toda ênfase estivesse no *ser* tempo e não em algo que não se sabendo dizer direito, de há muito nos habituamos a vê-lo como processo sucessivo. O sucessivo, sustentando a ideia do tempo que passa. Ponto, linha, superfície, volume, vizinhanças e catástrofes etc..

A segunda representação da ideia de tempo como sucessão num tratamento abstrato se traduz numa seqüência de topologias, redutíveis a organizações de medidas ou a distinções qualitativas, não-clássicas. É todo um vasto conjunto de saberes que não só mantém as ideias da arquitetura do tempo, no que ela distribui e ordena um encadeamento de tempo, como também reúne as diversas elucubrações, mais ou menos rigorosas, que foram feitas face ao problema do tempo.

O tempo linear, o tempo do discurso, o tempo dos ciclos, dos astros, o tempo mítico, o tempo dos mitos e das narrativas, o tempo sagrado, o tempo cíclico, o tempo da história etc. - o tempo das medidas e dos instrumentos, o tempo das mecânicas clássicas e não-clássicas, o tempo dos controles, o tempo da ordem do vivo, das termodinâmicas, o tempo cosmológico etc., a proliferação de observações e de medidas, o processo contínuo de eliminação dos erros, a aceleração quanto à decifração dos fenômenos etc., o tempo absoluto de Newton etc., etc.

Afinal, todo o complexo universo do tempo enquanto métrica, do tempo enquanto espaço-tempo. De saberes que não podem se mexer sem a admissão de algum regime de métrica. Tomamos, então, o termo *métrica* numa acepção bem ampla, quase conceitual.

Há, pois, uma segunda representação da ideia de tempo enquanto sucessão que pode ser qualificada como uma métrica, mesmo quando em suas dimensões teóricas podemos perceber algo que não é redutível exclusivamente ao esquema métrico. Uma métrica é um cálculo, pensado ou não, em função do fator possibilidade. Existem, desse modo, uma sensação e um sentimento ligados à ideia de sucessão que não se refere a um tempo em si. Mas, sim, a um processo onde a presença apaga o que fica ausente, para trás. E depois, a consciência se move em direção à presença, e com isso quer uma presença mais forte, estamos na expectativa de algo mais. A possibilidade nasce nesse mecanismo. Ela, se for exigida, acelera os tempos, se põe em ação a fim de que possa vir a realizar-se. Será tudo no tempo? O passado, o presente (dos dois modos) e o futuro? A seta contínua para frente? A assimetria intrínseca do irreversível? A proliferação de

temporalidades mais ou menos recicladas ao gosto do mercado que rege o sentido da vida? O tempo será apenas isso? É sua violência específica? Esta é a marca inconsútil do sensível e do inteligível. (Não posso desenvolver tudo o que caberia. Remeto vocês ao *Problema do Tempo* de Albert Lautman, de 1946. Voltarei numa outra ocasião.)

O tempo em si não existe, tal como não existe diabo cidadão, *solto, por si*, como nos ensinou João Guimarães Rosa. Então, fica claro - se não aceitamos a existência do tempo em si - que o tempo é inclusivo. O que é difícil é saber se todo tempo é, seja ele qual for, conceituável através da *sucessividade dos segundos* (Augusto dos Anjos). O nó intrínseco, no ser humano, da confusão alienada se revela, talvez, numa certa forma de ruptura. Os tempos se cruzam. Mas deixam eles de continuarem ligados ao padrão de um absoluto sucessivo? É claro que não. Estamos reduzidos a duas ideias de tempo, procurando ser drasticamente sintético. A primeira é a ideia de algum tempo em si – difícil de aceitar. A segunda, a ideia do tempo como sucessão métrica. Haverá outros tempos que, de fato, não se reduzam à pregnância fortíssima do tempo possível do cálculo e controle, ou seja, à medida do tempo. O antes e o depois, a memória, o esquecimento, os lugares, as tectônicas geológicas ou as metafóricas, a destruição, o nascimento etc.

Em suma, quem não confundir sofisticação de medida face à proliferação de fenômenos da matéria com o surgimento de uma forma nova de tempo perceberá, com clareza, que a questão central é a de saber se o tempo considerado novo é ou não análogo à concepção do sucessivo. Quando propriamente podemos sustentar que temos, ou não, um tempo ou tempos que não passam, um tempo que não se decide pela sucessão? A passagem do tempo definiria o ponto extremo do problema?

Fui um pouco abrupto, mas isso é normal. Procurei fazer um arrolamento e uma síntese bem geral de toda uma rede de problemas ligados ao tempo. Acredito que a distinção entre os três tipos de representação do tempo na expressão homonímica *o tempo que passa* tenha se esclarecido. Espero que todos tenham seguido até à questão de se saber se é ou não possível distinguir um tempo que não fique subsumido ao conceito de sucessão (seja em que grau for) nem seja uma pura bobagem metafísica.

Gostaria de dizer que a *consciência íntima do tempo* (tal como Husserl a elaborou) é a resultante de um longo processo de elaboração no pensamento que

situe o que está na base do problema do tempo. Não é possível estendê-la de maneira puramente subjetiva. A consciência e seus instrumentos assujeitados à ordem do vivo, à indústria e às múltiplas extensões societárias sucedem, cumprem ciclos de vida, se desfazem e se recompõem sem parar, dentro das mais diversas métricas. Haverá ou não um tempo ou tempos que nos obriguem a ter de considerar manifestação que venha situar algo não pertinente à sucessão? Se houver, qual ou quais são? *Mesmo existindo, será que isso tem a ver com a clínica?* Será um tempo que comparece, que está em jogo na experiência analítica? Haverá, pois, algum ou diversos tempos que aparecem na condução da experiência analítica? Será ociosa, afinal, a questão de um tempo ou tempos específicos trazidos pela prática analítica?

É a partir daí que podemos situar a razão de um tempo basicamente métrico que não necessariamente incorporaria todos os acontecimentos de uma análise. É disso que estamos partindo, para poder colocar alguma coisa que contribua para o refinamento da clínica. Como conceber o que não se reduz ao tempo da métrica? Antes da análise, houve indicações que dariam indícios também de uma insatisfação em ter de pensar o que se passa sempre dentro do eixo da sucessão? A resposta é imediata. Não é de ontem que o Oriente e o Ocidente dão testemunho de terem pensado uma outra ordem que não se caracterizaria pela obediência espacial, por determinação de um processo métrico simples ou complexo.

Então, se tanto o Oriente e o Ocidente deixam à mostra traços de que existem articulações, ao longo de suas histórias, que indicam tentativas de fazer existir ou considerar algo da ordem do que discursivamente chamamos de tempo, mas que não seria redutível à abordagem de um tempo em si, nem a nenhuma forma de lógica do sucessivo, não nos resta a menor dúvida de que não foi preciso a psicanálise nascer para que considerações e invenções de outro ou de outros tempos que o da sucessão tenha ocupado a vida de alguns, senão de muitos. Tempos reais em suas recusas? Ou indicador de uma impossibilidade de reduzir o que surge fora do âmbito da sucessão enquanto tempo? Os tempos rebeldes só se aproximariam em suas rebeldias? Ou serão eles, enquanto indicativos de que o tempo não se reduz ao sucessivo, portadores de um tempo que pode ou não iluminar uma possibilidade? É toda a questão da utopia que está em causa aí. Mas, enfim, não é o que nos interessa agora neste momento.

Perguntemos e continuemos perguntando. Antes ainda da psicanálise existir no mundo, há uma lista de casos de criadores. Se houve seres que fizeram intensivamente tudo o que podiam para abrir a força da sucessão dos tempos históricos constituídos; se seres buscam caminhar com alguma liberdade em função do tempo de suas experiências que, por sua vez, lhe potencializaram como chance de quebra na cadeia dos hábitos sequenciados em que se compõem o que chamamos de realidade, em cada grau, plano e segmento, se existiram e se continuam existindo, como existe, seres ou fraturas que colocam um tempo de alteridade objetiva, um outro tempo de fato, podemos com certeza indagar se a contribuição da psicanálise se relaciona com essa tradição ou se ela nos leva a um maior rigor dentro dela e até a ter de considerar um quarto modo (ou sei lá como vamos dizer isso) de conceber o tempo na homonímia contínua de nossa discursividade.

É uma questão de peso, e acredito que nisso vocês concordarão comigo. Não pretendo, como é óbvio, desenvolvê-la aqui. Precisaríamos de mais tempo. Quero, no entanto, traçar um quadro para enxergar melhor o que aí se passa. Nem o *tempo do taxímetro* da sessão marcada, nem a sessão marcada com o suposto *tempo lógico* são de alguma utilidade. Estaríamos falando aí de duas carcaças técnicas. Nada mais sucessivo que o *tempo lógico*. O outro tempo com toda evidência. Falamos da convenção, não necessariamente do que se passa num tempo mais breve ou mais longo de uma determinada sessão.

Faço um rápido parêntese para fazer um pequeno comentário. Tomemos o *Tempo* de Daniel Sibony (1978), *O Outro e o tempo na clínica de Françoise Dolto* de Jean-François de Saucerzac (1988) e o *Psicanálise e tempo: O tempo lógico de Lacan*, de Erik Porge (1989). Dos três, a olhos vistos, o pior é o de Porge no sentido de nos mostrar a operação do *tempo lógico* na prática clínica. Ele é um estudo acadêmico, didático a respeito da coisa, dentro do *diktat* do jargão lacaniano. Sibony nos apresenta uma série de elementos que conflitam com o seu significativo implodido pela perspectiva do transfinito cantoriano, é rico justo porque a sua atenção à clínica modula a sequência de temas que aborda. O de Saucerzac é o mais límpido, o que está preocupado na avaliação direta dos procedimentos dentro da sessão e sua repercussão nas possibilidades de fazer a análise tomar curso na transformação do estado de sofrimento, na ótica de alguém (Dolto) que era de uma eficácia clínica sempre rigorosa e jamais desprezível quanto não analítica. Não posso demonstrar nesse momento por que coloco todo o

tempo lógico (ele inteiro, princípio, meio e fim) - mesmo respeitados os protocolos teóricos que o situam - como mais uma manifestação inclusiva da sucessão, ou do vetor conídico como bem denominou Cornelius Castoriadis (1990). Há, certamente, o fato de que todo esse processo de elucubrações teóricas dos lacanianos vise à possibilitação de abrir um tempo de criação, em última instância. O significante, tudo isso, ainda assim talvez anule a chance de acontecimentos não precisarem, necessariamente, de modo originário, depender do regime que, aliás, nenhuma clínica negaria. Todo problema é que a disjunção *topologia e tempo*, o inconsciente como *res extensa* e força da linguagem. Estou com Philippe Sollers, quando no seu *Paraíso* escreve: “... não posso considerar como livre um ser não tendo o desejo de cortar em si os vínculos da linguagem...” A clínica não pode ser reduzida à força da sucessão, seja ela significante ou não. A indicação da *tyche*, do real só tratável pelo significante, não elimina o que não fica sob a jurisdição da linguagem, seja qual for a concepção, já que a linguagem é outro nome do tempo das múltiplas consciências em estado contínuo de comunicação.

Por isso, paremos então um pouco aí, para retomarmos o que tentávamos mostrar ao indagar se a psicanálise considera ou não um ou os tempos *diferentes* como que incluídos na angulação geral dos tempos da alteridade, tempos que, muito antes da existência da Psicanálise, forçaram aparição nas obras de criação. O grande problema das elucubrações sobre o tempo lógico (além de ser um construto que conseguiu virar hábito técnico, seu grande valor) é que se decide muito previamente o que se passa, que talvez não haja abordagem sob a pressão significante, com instrumentação de processos de semiose, senão num segundo momento. É difícil discernir isso. Tudo indica que o achatamento operacional na clínica laciana do tempo com o significante decide rápido demais quanto ao que fica fora da jurisdição da linguagem. Nem por isso nosso problema é menor. Ter claro que a política do significante esmaga a hipótese de que o tempo pode não ser completamente redutível ao que é sucessivo (seja de forma simples ou complexa), não nos deixa respondido se o que destacamos como sendo uma a tradição de obras de invenção (e, mais raramente, das de decifração) para as quais atribuiríamos a “presença” de um ou de outros tempos que o que passa. Seriam o tempo ou os tempos não-sucessivos uma força de realização presente nas experiências de criação? Seriam os mesmos que estariam em jogo na clínica? Estariam presentes também, além de todos os outros, esses sim, com toda certeza,

característicos, oriundos da invenção psicanalítica? Em outras palavras, a partir da psicanálise seremos levados a, no mínimo, considerar temporalidades sobre as quais jamais se disse absolutamente nada antes de seu aparecimento? Será possível isso?

Vocês estão percebendo que não é um problema fácil. Acho que existem pessoas que são sensíveis o bastante para se darem conta do incômodo. O inconsciente não possuiria inscrição do tempo? O potencializador e o acelerador de uma experiência analítica profunda e que valha dependeria do exercício comandado pelo tempo lógico? São muitas as questões. Elas precisam ser trabalhadas para que possamos distinguir o que é de fato crucial, o que circunscreve acontecimentos na clínica sobre os quais devemos meditar de maneira mais prudente.

O que sei, e que estou trazendo nesta conferência, é a tentativa de traçar um mapa que tenha como função contribuir com um pouco de orientação. Com ele, poderemos prosseguir e elaborar as questões de tal modo que a tentativa possa passar por provas. Como dizer isso de forma direta? Como esses acontecimentos mostram sua incidência incontornável? Serão avaliáveis na ordem do funciona e do não funciona? E se não funciona (considerando ou não ignorância de seu uso), poderemos imediatamente declará-lo como inexistente enquanto tempo caracterizável no campo da experimentação analítica? Poderá o tempo não funcionar? Confesso que para mim são questões estritamente difíceis. Desconheço respostas que verdadeiramente sirvam de clara orientação. Não vejo a psicanálise nem como um ramo de estudos nem como uma antropologia ética, nem a considero como mais uma boutique no shopping center esotérico terapêutico (embora saiba que o que fazemos se encontra no pardo dos gatos da noite espetacular). Mas no ponto mais importante, qualquer ética que tenha cunho antropológico é a meu ver suspeita. Em suma, o que nos interessa aqui é considerar a existência ou não de um tempo ou de tempos que estariam presentes na cena analítica indefectivelmente.

Rigorosamente falando, todos os tempos conhecidos que se propuseram como específicos, em nossa maneira de ver, de um modo ou outro acabam dentro de uma sintonia que os remete à lógica do sucessivo. Admitindo-se, como admitimos, que existem outros tempos que tenham sido construídos (todos esses outros tempos em causa foram elaborados e apresentados em obras ou na memória da tensão vida e obra), pudemos primeiramente tomar como aceitável que o tempo

que pertence ao sucessivo não é o tempo todo. Ora, cabe então indagar qual seria a concepção desse ou desses tempos não-sucessivos, qual sua economia, quais as suas manifestações e, secundariamente, seus efeitos. Repitamos: há ou não outros tempos ou um tempo completamente neutro, outro diverso, a tudo o que diga respeito ao tempo enquanto sucessão? Havendo, serão eles idênticos àqueles em jogo na análise? Ou seriam eles outros, outro ou outros diversos, só acessíveis no dispositivo analítico? Sabemos perfeitamente bem que a maior parte das manifestações do tempo de sucessão só são acessíveis dentro de dispositivos, por vezes extremamente sofisticados na sua construção técnica.

Não temos como fugir à constatação de que o tempo, discursivamente, é um fenômeno de natureza homonímica. A casa onde moro, passa um botão. Esse botão que passa, vem de onde? Fecha o quê? Ora, tratar do tempo nessa perspectiva causa grande desassossego. Quando indagamos a obra de Freud a respeito do que, segundo ele, a psicanálise situou, destacou e pôde tomar como o que seria característico do tempo à sua luz, iremos ver que nada tem de óbvio na maneira como ele operou na clínica, ou se, o que ele fez, era inteira e explicitamente coerente com o que escrevia em seus escritos. Para mim, Freud é uma experiência e não apenas um conjunto de textos. Mesmo assim, ainda teríamos de perguntar: onde ficaria o acaso? Como situaríamos o acaso com relação à admissão de outro tempo ou outros tempos não sucessivos, fossem eles idênticos ou não ao da ou aos revelados pela psicanálise? Que sabemos? Será o acaso outro nome para o tempo ou os tempos não sucessivos, sejam eles idênticos ou não ao tempo ou aos tempos da psicanálise? Aceitando-se que a psicanálise tenha de fato destacado um tempo ou tempos característicos, o que chamamos de acaso, pertenceria à característica *tempo* de modo intrínseco e inclusivo, à sua experimentação clínica? Ou seria mais amplo o acaso, dominando – digamos – *o dentro* e *o fora* da análise e seus respectivos atributos temporais. Não vou responder a todos esses questionamentos e indagações. Estou traçando apenas um quadro geral que nos permita enfrentá-los mais circunstanciadamente em outra ocasião. Agora, além de mostrar dificuldades que não acredito serem falsas e de traçar um esquema geral do problema, pretendo apresentar uma decisão de orientação que aqui assumo para mostrar como vejo o problema intrínseco do tempo presente no processo analítico e concluir, em seguida, minha apresentação.

Desse modo, aceitamos a hipótese de que o tempo de sucessão não é o único tempo (mesmo sendo múltiplo nas manifestações). Se aceitamos a existência de outro ou de outros tempos, e “olhando” para as suas manifestações... pensemos, sobretudo, na espécie que se identifica com o fato de incluir a identidade de ter realizado, por exemplo, o conjunto plástico rupestre de Altamira ou de Lascaux, mas sabendo que essas manifestações dizem respeito ao que pode acontecer *fora*, sem que o meu vínculo identificatório com os que puderam fazer Lascaux ou Altamira, por exemplo, possa anular que algo fora é capaz de manifestar-se de modo não assujeitado ao tempo sucessivo, e que é quase nenhuma a importância que se deveria dar à identidade de potência criativa na espécie humana, tendo como razão que algo fora se manifeste. Em outras palavras: se aceitamos a existência de outros tempos, se consideramos que o homem pode ser afetado por ocorrências que não são tratáveis através da ideia de tempo enquanto sucessão, se a experiência revela a chance, dentro das histórias das manifestações extremas da espécie humana, no interior de experiências-limite, devemos nos perguntar se o tempo ou os tempos da clínica são idênticos ou análogos ou equivalentes a esse ou a esses tempos que, muito antes de a psicanálise sonhar nascer, sempre vingaram através de uma estranha curva de manifestações. Talvez o momento atual se confunda um pouco com a tarefa de pôr à prova a identidade do que é exceção e talvez não dependa do raio de influência do discurso analítico. É por aí; trata-se de indagar com rigor de que maneira esse ou esses tempos estranhos não-sucessivos dizem respeito àquele ou àqueles com que nós dizemos lidar ou, sabendo-se ou não, estamos lidando.

O que está em questão é se o núcleo das grandes experiências de exceção em sua intrínseca natureza temporal é o mesmo que vigora e que estaria sendo tratado nas experiências dos impasses, dos sofrimentos, dos paralisias, dos devaneios, dos atarantamentos, das desgraças, das ruindades, dos estupores, dos delírios, das melancolias etc., ou seja, daquele ou daqueles tempos que atravessariam o dispositivo analítico. Seriam ele ou eles próprios ao sofrimento? Ou, embora próprio ou próprios ao sofrimento, só através da psicanálise esse ou esses tempos seriam acessíveis? Deveríamos, nesta hora, desprezar a temporalidade das influências da fé na transformação de males e de sofrimentos extremos, onde a medicina fracassa e a análise, muitas vezes, também? Mostro só a questão sem a poder desenvolver, mas creio importante, caso queiramos situar rigorosamente o que possa ser o tempo que está comprometido com a clínica.

Bem, acho que mostrei um pouco esse esquema. Antes de apresentar sinteticamente o que percebo como o tempo que está implicado na clínica, gostaria de chamar a atenção para uma ideia que é comum, mas que revela uma intuição importante. O tempo do sofrimento é um tempo aprisionado. O tempo da saúde é um tempo de criação. Isto diz respeito à neurose, à psicose, às “perversões”, às fobias, às melancolias etc., sejam elas extremas ou não. Tempo doente, tempo de criação. A rigor, a cura deveria acelerar as chances de criação pelo vigor dos tempos próprios e nada mais. A psicanálise não é um mecanismo de controle do tempo das pessoas. Ao contrário. Mas, enfim, o importante é lembrar que o expediente temporal que utilizo para atender não é necessariamente o elemento que faz a chance de uma análise ocorrer, e, por conseguinte, venha, por si só, criar condições para que uma chance de cura possa haver. Façamos então uma quebra e escutemos dois artistas de peso.

O primeiro diz:

Siga-se, para ver, o conhecidíssimo figurante, que anda pela rua, empurrando sua carrocinha de pão, quando alguém lhe grita: - “Manoel, corre a Niterói, tua mulher está feito louca, tua casa está pegando fogo!...” Larga o herói a carrocinha, corre, voa, vai, toma a barca, atravessa a Baía quase... e exclama: - “Que diabo! Eu não me chamo Manoel, não moro em Niterói, não sou casado e não tenho casa...”

Isso é de Guimarães Rosa.

Vamos ao segundo:

angustioso
expiatório e púbere
mudo
que *riso*

SE

O lícido e senhorial penacho *de vertigem*
à frente invisível
cintila
então sombreia
uma estatura frágil tenebrosa *ereta*
em sua torsão de sereia
o tempo
de esbofetear
com impacientes escamas últimas *bifurcadas*
uma rocha

*solar falso
de súbito
evaporado em brumas

que chantava
um marco no infinito*

Aí está um momento de um poema famoso de Stéphane Mallarmé.

No primeiro caso, o herói estará em que tempo? É possível que possamos tomar a anedota quase como uma alegoria do tempo doente, do tempo alienado, do tempo aprisionante que fez e faz aquele e outros heróis só se darem conta de que não têm nada a ver com nada num certo instante do suceder contínuo de suas coisas e interesses. Os modos da dificuldade são, é claro, diferentes. Não podemos aqui entrar em detalhes sobre como se constituem suas composições. Não é este o proposto aqui. O ponto principal é que, numa caracterização nuclear da ação analítica, o de que se trata é de suspender um tempo para que haja tempo. Acho que qualquer um que lide clinicamente não teria coragem de afirmar o contrário. Como alguém, com os recursos que tem, é capaz de despertar? Não me interessa por onde o cara ande, a questão é saber se o cara consegue andar de forma que ele não tenha inibição de sustentá-lo. Isto no plano mais direto da ação clínica. Se admitirmos outros planos que possam sofrer a ação do analítico, como se assegurar que, efetivamente, o que aconteceu se deveu à pretensa intervenção analítica? Como fator de complexificação, não esqueçamos que o regime societário atual é dominado pelo modo espetacular e isto tem um conteúdo forte em tudo que se diz no discurso social e de fortes efeitos pré-conscientes.

Já a passagem de Mallarmé nos indica algo certamente diferente, que deve ser olhado numa outra chave, que amarra algumas possibilidades de sentido, mas que certamente aponta para a força do infinito como potência de tempo. Mallarmé não precisou da psicanálise para situar a potência do infinito. Ou melhor: ele nos indica que o tempo, ou melhor ainda: ele nos indica que o tempo decisivo, sendo dado o acaso, é o tempo que mói o que limita o infinito. Daí para frente precisaríamos ler todo o poema. O que não é o caso. Basta-nos destacar a imagem proposta de um tempo, manifestado em sua torção de sereia, como o que esbofeteia o marco que impede o infinito excitado pelo acaso. Talvez ele possa servir de um emblema genérico desse tempo ou desses tempos sem o rosto sucessivo ou métrico.

Se a anedota de Rosa nos oferece uma ilustração, que é de fácil percepção para diferenciar o tempo do vendedor de pão, o do comunicado ou o da provocação e o do seu ato contínuo daquele outro em que ele se dá conta de que ele agiu automaticamente, ou seja, prisioneiro de uma sucessão de cláusulas, podemos entender, então, que o princípio de uma análise é o tempo de seu começo, ou seja, quando a ruptura suspende o domínio absoluto dos comportamentos engrenados. Mas daí em frente, o que se passa? Que tempo ou tempos irão comparecer?

Certamente que elas não são duas indicações absolutamente extremas relativas ao tempo, e que poderíamos dizer como as únicas presentes no interior da clínica. Mas haverá alguma ou algumas que venham a ser intrínsecas ao plano da análise? Ou serão elas mistas? Virtualmente, desde sempre ou só depois do que se revela como experiência de análise? São, contudo, indicações que não me parecem falsas com relação a poderem situar-se dentro de uma configuração chamável de clínica. São dois exemplos, em suma, em que reconheço importância na análise, embora tenha de reconhecer também que não foi necessário inventarem a psicanálise para que essas espécies de temporalização não-sucessivas pudessem ter o seu lugar próprio. E, no entanto, existe algo análogo no que se passa no curso de uma análise. Seriam eles os únicos tempos reconhecíveis enquanto tempos não-sucessivos? É claro que não. Daria para fazer um catálogo de outros tempos vetorizados por outros nomes próprios. O tempo de fulano de tal ou ninguém, por exemplo. Certamente que existem alguns outros casos que têm peso e nos fazem sentir que, ali, nos traços materiais de uma aventura de pensamento, de arte e de vida, comparece algo como um tempo outro, próprio por isso.

Só precisamos reconhecer que - além dos dois exemplos dados - existem alguns mais, todos nos dando a sensação de que se trata de um tempo de outra natureza, completamente diverso do tempo vital e cotidiano. É claro que não são apenas as obras (ou o tempo ou os tempos que estarão implicados naquilo que dá peso e força na obra no sentido em que estamos destacando), não são apenas elas que podem oferecer essa oportunidade de disjunção. Borges já nos disse que um pôr do sol pode ser um fato estético. Há muitas outras ocasiões que podem suscitar a sensação de um tempo outro. Isso é importante, mas não podemos desenvolver aqui. Estou mencionando tudo isso para que vocês visualizem o modo como encaro e experimento o exercício da análise. É a partir daí que

pergunto: como podemos reconhecer que determinadas ocorrências na clínica poderiam provocar deslocamento diverso daquele que já é diverso em relação aos tempos sucessivos hoje potencializados no império dos tempos capitais? Em outros termos: como ter a certeza de que o tempo ou os tempos supostos à clínica são singulares ou não? Singulares como os outros não sucessivos seriam? Existirão ainda mais outros tempos singulares, de outra ordem, cuja incidência no plano das manifestações os incluiria no conjunto do que é análogo ao que os nossos dois exemplos apontaram? As coisas ficariam reduzidas aí?

Depois disso, no meu entender, devemos perguntar quais são as interferências provocadas pelas configurações do saber e das técnicas postas em ação para a capacitação do exercício da clínica. Essas interferências existem. Como decidir e sustentar as operações em jogo em função do próprio grau de interferência? Também se não houvesse tais configurações, talvez não viesse existir psicanálise. Psicanálise é esse modo de interferência capaz de nos fazer viver um tempo outro, e, se houver talento e força, transformá-lo em sensação comum, marcando uma época, criando um tempo, abrindo um caso. Isso pode parecer excessivo. Mas está sempre presente, como possibilidade ou como evento. O que importa é que não se pode ter a ilusão de que a psicanálise seja um dispositivo transparente, que não interferiria nos processos do que se ocupa. Se são disposições dentro de um dispositivo, não há como fugir ao fato de que o dispositivo cria uma relação própria do tempo no sentido da sucessão. Onde, quando esse fato quase puro adquire um outro valor? A partir de que momento podemos dizer que a disposição sucessiva das sessões, por ser assim, não reproduziria a dominação já trazida pela sucessão?

Vocês estão percebendo que estou tentando mostrar-lhes agora os encaminhamentos que considero preliminares para que se possa, com algum rigor, questionar o problema do tempo em psicanálise. Já sabemos que a palavra tempo é um exemplo de homonímia. É preciso separar os planos para poder saber do que falamos quando tentamos dizer que tal coisa é tal. Apresento, de forma bem esquemática, uma configuração que resume um pouco os pontos que procuramos situar:

1. A inserção do procedimento das sessões continuadas como mais um exemplo do tempo de sucessão.

2. A admissão de que, mesmo reproduzindo o esquema do sucessivo, o procedimento da análise consegue ou é capaz de provocar um ligeiro desvio, o

que poderá ter consequências no sentido da quebra do tempo métrico, seja ele complexo ou não.

3. O reconhecimento de que somos muito ignorantes sobre o tempo ou os tempos em psicanálise. Se esses delineamentos que fizemos ao longo da exposição se sustentarem minimamente, verificaremos que a tarefa mal iniciou.

4. A consciência de que 99% das expressões utilizadas nos discursos analíticos sobre o problema têm sua procedência bem marcada pelas mitologias, religiões, filosofias, artes, ciências etc. - ou seja, sabemos que estamos impregnados de uma vasta enciclopédia sobre o tempo e que jamais fizemos a análise disso para ver o que é efetivamente decisivo no interior dos processos analíticos, os extremados ou não.

5. A necessidade de distinguir: *a.* o conjunto de manifestações mais ou menos exemplificadas por nossos dois exemplos; *b.* o dispositivo analítico enquanto operação no tempo sucessivo e na possibilitação de desvios em relação às fixações nos pontos de sucessão (sensata ou não); *c.* a possibilidade de a experiência analítica catalisar (como já nos havia dito FÉRENCZI) tempos outros; *d.* a tensão ou não entre o tempo ou os tempos outros e aquele ou aqueles indicados pelo item *a*; *e.* a maneira precisa de caracterizar o tempo ou os tempos que venham a ser considerados como imanentes à experiência analítica.

6. A reconsideração das técnicas em função de como é possível permitir-se suportar a disparidade de temporalizações que habitam a análise, mesmo quando se sabe ou não como avaliar o que possa ser definido como existindo a partir, sim ou não, da invenção da experiência analítica.

7. O sentido do que possa ser um não controlar o tempo no curso de um trecho de tempo.

8. A indagação sobre como o acaso é parte intrínseca e decisiva no percurso de uma análise.

9. O reconhecimento social estabelece um tempo admitido como verdadeiro. A análise tem a ver ou não com isso? Como será que a análise lida com o tempo?

Levanto esses pontos porque meu interesse é concluir com um roteiro mínimo, para que, depois de ser bem trabalhado, possamos entrar nas especificidades dos casos e na função e nos efeitos do saber pelos quais o analista, queira ou não, é afetado e afeta por sua função. Fico exatamente por aqui, apresentei algo incompleto, mas acredito que vocês percebem que o problema do

tempo não é moleza. Mas acredito também que, certamente, de uma forma não tão concisa e clara, esbocei um mapa com algumas vetorizações onde mostro um caminho em que aposto. Principalmente quando se trata de dizer alguma coisa que se quer bem delimitada e positiva.

Por último, encerrando a minha colocação, quero deixar registrado o meu agradecimento a Chaim Samuel Katz, pela oportunidade e incentivo para que eu viesse aqui falar, mas, sobretudo, pela assistência. Muito obrigado.